



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1



Publicação conferida no DCL nº 0510312009
Servidor: Castro Matrícula: 12507

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5^a
(QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Há número regimental para iniciarmos os Comunicados.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 31, de 20/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 5^a Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 44^a Sessão Extraordinária;
- Ata da 45^a Sessão Extraordinária;
- Ata da 4^a Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (Bloco Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população presente, jornalistas, telespectadores que nos assistem pela *TV Distrital*, na verdade, venho a esta tribuna anunciar que aceitei o convite do Sr. Governador para a pasta de Secretaria de Justiça e Cidadania.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

No final do ano passado, o Governador conversava comigo sobre esse assunto e eu comentei com S.Exa. algumas idéias que tínhamos sobre a área.

Quando se fala em cidadania, em direitos humanos, efetivamente no nosso País, temos carimbado que as pessoas estão buscando somente, exclusivamente, defender as pessoas que romperam o pacto social, os réus ou as pessoas que estão com os seus direitos privativos de liberdade cerceados.

Na verdade, nos quatro anos em que estive sem mandato, eu tive a oportunidade de estudar o assunto, de me especializar em direitos humanos voltado exatamente para vitimologia e é sobre esse assunto que eu gostaria de falar com os Srs. Parlamentares.

É óbvio, e quem me conhece sabe, que me tornei uma pessoa pública do Distrito Federal pela área de Segurança Pública. Eu trabalhei na Polícia Civil e tive uma oportunidade no Governo Cristovam de ser Administrador Regional do Guará e implementar um projeto que me deu um prêmio nacional pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1997, como um dos 10 projetos sociais mais importantes do Brasil: Projeto Liberdade. Nós tivemos, pela primeira vez no Distrito Federal, presos trabalhando fora do cárcere, trabalhando na administração pública, nas ruas.

Esse projeto consistia basicamente em ter o detento entregue à administração. Às 8 horas da manhã ele recebia um uniforme, uma vassoura, uma enxada, e trabalhava até as 12 horas. Parava, recebia o almoço e orientações de como vencer dificuldades na vida dadas pelo primeiro Conselho Comunitário de Acompanhamento à Execução Penal, fundado no Guará. A partir das 14 horas, ele voltava para o trabalho. Às 17 horas, o detento parava, tomava um banho e recebia instruções, fornecidas pelo SENAC, principalmente na área de formação profissionalizante, a fim de aprender uma profissão.

Tivemos 250 presos trabalhando conosco. E aí eu quero abrir um parêntese. Um dos cursos que foram dados, Deputado Chico Leite, foi o curso de garçom. Nós tínhamos um acordo com a associação comercial de que o primeiro grupo que chegasse ao final da sua pena e que tivesse uma maior classificação teria uma oportunidade. Naquela ocasião, o primeiro curso dado foi o de garçom, e, seis meses depois, alguns presos conseguiram a liberdade. O primeiro colocado do curso foi, então, trabalhar em um restaurante da cidade. O que estou falando aqui foi matéria do *Correio Braziliense*. Ele foi trabalhar num restaurante da cidade, começou como garçom e virou *maître*. Ele respondia pelo art. 157, que trata – todos sabem do que estou falando aqui – de assalto à mão armada, roubo. Ele começou como garçom, virou *maître* e hoje é sócio, com o dono do restaurante, de uma padaria ao lado do restaurante lá na nossa cidade.

Orgulho-me muito desse projeto e desse trabalho. Isso foi matéria do *Correio Braziliense*. É óbvio que todos imaginam que, quando eu for para a Secretaria, farei um trabalho de recuperação com a utilização da mão-de-obra



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

carcerária, mas, efetivamente, além de trabalharem, eles devem aprender uma profissão. Isso é óbvio, mas não será esse o carro-chefe do meu trabalho lá nem o desafio que eu venho trazer a esta Casa e o convite que quero fazer a todos vocês.

O grande desafio da política brasileira é trazer de volta o cidadão comum para participar das atividades sociais, principalmente estatais. Pretendo trabalhar efetivamente para dar oportunidade às vítimas que sofreram violências de serem atendidos e terem resgatados os seus direitos pelo Estado. Serei muito breve, Deputado Chico Leite, mas quero lhe adiantar, até mesmo para lhe conceder esse aparte, que a Secretaria vai tentar pagar essa dívida da sociedade brasileira com as pessoas que têm, de alguma forma, sofrido qualquer tipo de violência por outro cidadão e que, ao final, não têm, de alguma maneira, o seu direito assistido.

Um exemplo muito prático que eu poderia lhe dar aqui, Deputado Chico Leite, é este: imaginemos que um cidadão é vitimado em um atropelamento e a viúva fique lá com os seus três filhos. Imaginemos o que ocorre. Na verdade, nós sabemos de uma série de direitos que o cidadão tem aos quais não tem alcance, muitas vezes por falta de informação. Naquele momento em que toda a sua família está fragilizada, aparecem, sem dúvida, alguns aproveitadores. Algumas pessoas até pegam procurações para buscar, por exemplo, o seguro obrigatório e subtraem uma parte. Sabemos que, nessa hora da dor, muitas vezes, até da possibilidade de um atendimento social no enterro, as pessoas acabam se aproveitando também. Sabemos que, nessa hora, por exemplo, as pessoas esquecem que temos um sistema de previdência no país que nos garante alguns direitos, mas, com a ausência do Estado neste momento em que o cidadão vitimado e sua família mais precisam, não existem. Efetivamente não existem.

Na minha gestão como Secretário de Justiça, com o projeto que apresentei essa semana ao Governador do Distrito Federal, daremos assistência às vítimas de violência no Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, quero congratular-me com V.Exa. pela missão que V.Exa. vai exercer. Quero observar que V.Exa. tem estatura, não apenas jurídica, mas política para exercer a função que lhe vai ser confiada.

Quero dizer que V.Exa. começa bem, porque tem história no âmbito da cidadania como delegado de polícia e como ex-presidente desta Casa. V.Exa. escolheu para ser Subsecretário de Justiça pessoa da altivez, do brilhantismo e da responsabilidade do Dr. Estéfano, que prestou serviço a esta Casa, o que nos deixou muito satisfeitos. Boas escolhas também fazem melhores gestões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

Digo a V.Exa. que há, realmente, alguns desafios que esta Casa confia a V.Exa. também. Sempre acho que quem conhece e faz política gerencia melhor. A palavra “técnica” foi mal traduzida. Ela veio do grego como antipolítico. É *tecnus*, habilidoso. De maneira que, quanto maior a habilidade, maior a visão e o exercício da política.

Primeiro, os egressos do sistema penitenciário. A Deputada Erika Kokay fez um trabalho hercúleo sobre a matéria. É preciso que se diga, Deputado Alírio Neto, que aquele que é tratado como rato como rato volta. Aquele a quem não se dá oportunidade de acertar, também dele não se pode cobrar pelo erro, porque não haverá legitimidade nisso.

É fundamental que nós tenhamos um trabalho de recuperação para toda a sociedade, não apenas quando sentimos a dor pela perda de um ente querido, porque jogamos, a vida toda, a sujeira por debaixo do tapete, quando, na realidade, temos a responsabilidade de recuperar.

Tenho defendido, há muito tempo, que os presos possam votar, no sentido de que um dia a classe política, os gerentes do país olhem para o sistema e atendam essas famílias. É fundamental isso.

Os presos são os chamados excluídos dos excluídos. Esse é o primeiro dos desafios, mas temos outro desafio. Não adianta ter direito e não poder exercê-lo. É preciso um quadro da Defensoria pronto, um quadro que vá do pessoal administrativo à área afim, e a nomeação de defensores, pois há toda uma população que necessita de assistência, que é a grande maioria no Distrito Federal, e que não tem tido atendimento por parte do Estado e por parte do Governo.

Tenho lutado para que sejam nomeados os defensores e para que a Defensoria tenha um quadro de carreira. Já vencemos uma luta: a indicação em lista tríplice. Vai ser a primeira unidade da federação a ter a indicação do chefe da Defensoria por lista tríplice eleita dos seus próprios membros.

Parabéns. Esses são os desafios. Não se pode dar parabéns sem observar que há desafios. V.Exa., bem-vindo do Piauí, como eu do Ceará, está bem preparado para isso.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte e o apoio de V.Exa., Deputado Chico Leite.

Já disse que nós pretendemos fazer uma gestão que seja participativa, ouvindo bem a sociedade. As sugestões de V.Exa. são muito bem-vindas e vão ao encontro daquilo que estamos propondo na minuta do projeto que foi apresentado ao Governador. Tenho certeza de que a Defensoria, como V.Exa. disse há pouco, será a sustentação desse trabalho de que nós falávamos há pouco.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, eu não podia deixar de aproveitar a ocasião para dizer que eu não tenho dúvidas de que V.Exa. fará, na Secretaria de Justiça e Cidadania, uma gestão histórica, como fez aqui na Câmara Legislativa. A sua presidência nesta Casa foi uma presidência que mudou paradigmas e calçou o Poder Legislativo de uma nova estrutura para que pudéssemos, daqui para frente, com esses pilares bem fundamentados, dar continuidade ao trabalho que foi iniciado por V.Exa. e pela Mesa anterior.

Eu creio que a justiça e a cidadania do Distrito Federal ganharão muito com o conhecimento que V.Exa. tem da área. V.Exa., há anos, milita na questão da recuperação das pessoas que têm a sua liberdade ceifada por algum crime e que precisam, de fato, encontrar um caminho para a recuperação.

Esse sistema penitenciário não recupera ninguém, pelo contrário, muitas vezes piora ainda mais a situação do detento pelas condições que lhe são oferecidas.

Agora, em função do trabalho que foi feito pela CPI dos Cemitérios, o Governo, de certa forma, tomou a atitude concreta e transferiu a responsabilidade pela administração dos cemitérios do Distrito Federal para a Secretaria que V.Exa. assume neste momento. Tenho a certeza de que V.Exa., com o seu conhecimento e com o relatório que foi produzido por esta Casa, trará para a moralidade e para a legalidade o setor funerário do Distrito Federal, que precisa ainda de muitos ajustes e de uma fiscalização dura e de um enfrentamento. Tenho a certeza de que V.Exa., com o perfil aguerrido, corajoso e convededor da matéria, fará o enfrentamento a esse setor e mudará definitivamente os parâmetros de funcionamento do setor funerário do Distrito Federal.

Desejo a V.Exa. muita sorte e muito êxito. Coloco-me à disposição para auxiliar V.Exa. naquilo que puder fazer no Poder Legislativo.

Boa sorte.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Rogério Ulysses. Eu vou precisar.

Quanto ao que V.Exa. disse, não tenha dúvidas de que a Secretaria tem muitos desafios pela frente, entre eles o universo político. V.Exa., sendo servidor público, assim como eu, sabe por exemplo que, antes de mais nada, para se ter justiça tem que se respeitar o Poder Judiciário.

Na Presidência desta Casa, lutei por diversas vezes, estive com o Governador, com o Secretário de Fazenda, estive na OAB por diversas vezes, fiz uma audiência pública sobre esse assunto. Efetivamente agora me sinto em condições de lutar pela recuperação do Estado de Direito brasileiro no Distrito Federal, ou seja, o respeito às decisões judiciais relativas a nós, servidores públicos. Efetivamente -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

tenho conversado com o Governador sobre isso - exercerei a função de Secretário de Justiça na busca dos pagamentos dos precatórios que são decisões judiciais efetivamente transitadas em julgado, que o Estado deve respeitar e cumprir. Esse também será um ângulo, um prisma no qual iremos trabalhar pela busca da justiça.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, falarei pouco e pausadamente. Dizem, na comunicação, que as palavras daqueles que falam muito rápido não acompanham seu pensamento. E, às vezes, o que se pensa vai avançando e atropelando as palavras. Quero deixar claro que conheço o Deputado Alírio Neto há muito tempo. Está chegando o carnaval, mas não preciso jogar farpas ou serpentinas em S.Exa.

No final do ano passado, V.Exa. sofreu algumas agulhadas. Quero deixar bem claro que o Alírio Neto que eu conheço - o Alírio do Guará, o Alírio da Polícia Civil, como é conhecido, amigo de amigos e de tantos amigos - agora assume uma Secretaria, justamente a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Fiquei muito feliz. E quero não só parabenizá-lo, mas dizer que Brasília está de parabéns. O Guará votou bem, muito bem, porque o seu representante é um cidadão justo, além do delegado e do Deputado.

O cidadão Alírio Neto assumirá uma Secretaria e tem um desafio muito grande, como bem falaram aqui o Deputado Rogério Ulysses e o nosso amigo, o Deputado Chico Leite. Um desafio do qual, tenho certeza, ele será vencedor. Estou vendo à frente, pois S.Exa. é pleno conhecedor dessa matéria. Tenho certeza de que nós, Deputados Distritais, e nós, comunicadores, teremos acesso ao seu trabalho e iremos ajudá-lo.

Assim, desejo-lhe boa sorte. Que Deus o ilumine muito e que V.Exa. tenha um belo trabalho à frente da Secretaria.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Obrigado, Deputado Geraldo Naves. Além de agradecer suas palavras, quero dizer que a Secretaria de Justiça estará sempre aberta para que possamos fazer parcerias. Nesse aspecto, refiro-me a algo que tenho lido ultimamente nos jornais do Distrito Federal. Inclusive, em matéria de veiculação nacional.

No ano passado, só para se ter idéia, mesmo no exercício da Presidência desta Casa e com uma agenda extremamente ocupada, tive a oportunidade de me dispor a ir às escolas do Distrito Federal, tanto as públicas quanto as particulares, para realizar palestras de prevenção ao uso de drogas e de violência. Realizei 65 palestras, cada uma delas com duração de, em média, uma hora e meia. Tive comigo, nessas palestras, quatorze mil jovens do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

E, hoje, vejo notícias sobre a violência vinculadas a jovens que freqüentam as escolas do Distrito Federal. Esses jovens estão utilizando até os meios de comunicação mais modernos para marcar momentos de violência na história da nossa cidade. Quero deixar claro que há a necessidade efetiva de conversarmos com essa juventude. Que possamos nos colocar à disposição deles, nós, pessoas públicas, que temos a disposição de ajudar a esclarecer, a abrir a mente desses jovens sobre o que é cidadania, sobre o que é viver em sociedade, sobre a tolerância de observarmos as nossas diferenças e sabermos respeitá-las.

Tive oportunidade de fazer essas palestras e sinto-me orgulhoso por isso. Alguns me falaram que eu estava perdendo o meu tempo ao ir a essas escolas, porque esses jovens não votam. Quando fiz o projeto dos presos - o Deputado Chico Leite foi muito feliz –, também ouvi isto: “Preso não vota e jovem menor de 16 anos também não”. Mas quando você faz o seu trabalho, quando você faz a sua parte como homem público, pensando no coletivo, esse resultado do voto nas urnas é natural. E se não vier esse resultado? Sei que o desafio é muito grande na véspera do ano eleitoral, mas, se não vier esse resultado, não há problema. Vou me sentir realizado como pessoa pública por ter feito o meu trabalho, por ter dado a minha colaboração para a sociedade de Brasília.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, primeiramente, quero, mais uma vez, registrar o que já registrei no final do ano passado e registrarei todas as vezes em que eu tiver oportunidade conveniente. V.Exa, como ex-Presidente desta Casa, deixou dois legados. O primeiro foi a colocação da verba indenizatória na *Internet*, o que dá transparência a algo que é cobrado do Congresso Nacional e não existe lá ainda. Se as pessoas discutem o gasto da verba indenizatória, isso se deve à posição que V.Exa. tomou de disponibilizar na *Internet* essa informação de forma transparente. O segundo legado foi a redução dos gastos desta Casa. Era o anseio de toda a população do Distrito Federal a redução dos gastos de custeio.

Eu gostaria de parabenizá-lo pela posse e deixar algumas reflexões a V.Exa, que cumprirá uma função muito importante. A primeira é que, como V.Exa. disse, sua pasta é da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Durante a campanha do Senador Cristovam Buarque ao Governo do Distrito Federal, S.Exa. apresentou uma proposta que se chamava a Praça do Cidadão. Hoje a grande reclamação do contribuinte e do cidadão comum é a distância do Estado, a burocracia, o tempo que gasta para tirar um documento, para ser atendido, as ligações de que ele não tem retorno. Como reflexão, se V.Exa. conseguisse ampliar o projeto *Na hora* no sentido de que as pessoas se sentissem mais próximas do Estado e que tivessem um atendimento melhor por parte daquele que é custeado pelos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

impostos de todos, acho que V.Exa. estaria dando uma grande contribuição. Essa é a minha primeira reflexão e sugestão.

Em segundo lugar, V.Exa. tem um conceito em termo de sistema prisional que é próximo do meu. Acho que isso não conflita com a questão dos direitos humanos. Fazer o preso trabalhar ou estudar para ser reinserido no convívio social não conflita com os direitos humanos. As coisas não são excludentes. Penso que o preso tem de trabalhar, sim, para ressarcir o Estado e a sociedade do gasto que têm com ele - preso. Isso tem de ser feito de forma clara. Se V.Exa. conseguir gerar essa inclusão social do preso, fazendo-o gerar recurso para a sociedade e devolver-lhe o gasto que ela tem com ele - o preso -, V.Exa. dará um exemplo para o Brasil nessa Secretaria.

Essas são minhas sugestões e minhas palavras sinceras aqui.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Muito obrigado, Deputado Reguffe. Confesso que já estivemos conversando sobre o assunto e temos o pensamento muito parecido sobre essa questão da execução da pena. É claro que temos limitações legais. Por exemplo, a Lei da Execução Penal não permite em nosso País – nem a própria Constituição permite – o trabalho que não seja espontâneo. O trabalho tem de ser voluntário. O preso tem de querer. Efetivamente temos propostas concretas historicamente sobre o assunto e pretendemos implementá-las. Mas é necessário participação da sociedade. Os Conselhos Comunitários de Acompanhamento à Execução Penal, por exemplo, são fundamentais para que possamos efetivamente colocar isso em funcionamento. O Deputado Raimundo Ribeiro sabe do que estou falando. S.Exa. foi o primeiro Presidente do primeiro Conselho do Distrito Federal, quando estávamos no Guará. Falávamos sobre isso agora há pouco. S.Exa. foi Secretário desta mesma pasta.

Aqui eu quero abrir até um parêntese, Deputado Raimundo Ribeiro. Quero dizer que, um dia desses, o procurei e falei do meu sentimento com relação ao seu trabalho naquela Secretaria. Quero dizer publicamente que é muito parecido com o que eu sentia ao sair da Presidência desta Casa. Todos nós temos os desejos de possessividade de algum espaço. Eu admiti o meu para V.Exa. naquele momento. Há um trabalho iniciado e executado - e acho que o Deputado Leonardo Prudente e o Governador o levarão à frente - que é a construção da sede, um sonho desta Casa que tem que ser realizado. Eu acho que colaborei bastante, nestes primeiros dois anos, como Presidente e como membro da Mesa. O Governador fez um pronunciamento e, outro dia, passei em frente à obra. Efetivamente, ela será entregue em novembro ou dezembro deste ano.

Estou nesta Casa praticamente desde a sua fundação, como servidor e como Parlamentar, e tinha o desejo de ver aquela obra concluída na minha gestão. Falei para V.Exa. naquele dia que, infelizmente, não terei a oportunidade de estar na Mesa Diretora, como Presidente, no momento de entrega daquela Casa, assim como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

V.Exa., que implementou esta Secretaria com todo o trabalho até chegar a este instante. Que a verdade seja dita, a máquina estatal é muito lenta. V.Exa. teve a oportunidade de montar uma secretaria e, no momento em que ela começava a se desenvolver, infelizmente — ou felizmente, porque acho que foi uma opção —, V.Exa. voltou para esta Casa. E agora, quando os resultados começam a sair, infelizmente — ou felizmente para mim —, eu estarei exercendo este trabalho. Mas, na verdade, todo crédito do trabalho que foi feito durante estes dois anos naquela Secretaria será creditado a V.Exa.

Então, quero dizer exatamente que o que estou vendo acontecer agora, com certeza, é fruto daquilo que eu ajudei a construir. Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. pode ter certeza de que terá o reconhecimento da minha parte à frente daquela pasta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu tenho a noção exata do desafio que V.Exa. está assumindo neste momento, porque em pouco mais de dois anos de Governo, V.Exa. será o terceiro secretário titular daquela pasta e será o quarto gestor, na medida em que temos alguém interinamente respondendo há alguns meses.

V.Exa. terá desafios imensos. Desafios de reinserção harmoniosa dos detentos à sociedade. Desafio, porque o sistema está sob responsabilidade da Secretaria de Segurança e a reinserção, o trabalho e a escola estão sob responsabilidade da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Então, nós vivemos — e o Deputado Raimundo Ribeiro acompanhou isso à época como secretário — a deficiência da oferta de ensino no presídio em função da deficiência de estrutura para que isso pudesse se desenvolver.

Nós também acompanhamos a impossibilidade de se cumprir uma medida judicial de progressão de pena, porque não havia espaço físico para tanto. Então, portanto, há que se eliminar a dicotomia. Isso é possível, mesmo havendo duas secretarias responsáveis pela mesma pessoa, digamos assim. Entendo que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos só trabalhará bem se conseguir ter a transversalidade que uma política de direitos humanos, cidadania e justiça tem que ter. É impossível discutir esses temas sem termos um conjunto de políticas públicas de qualidade.

V.Exa. assume um desafio muito grande que são as medidas socioeducativas. Estive segunda-feira na Casa de Semiliberdade de Taguatinga e vi que o Governo não renovou um contrato com uma entidade, fechou uma casa no Gama e transferiu os adolescentes para a casa de Taguatinga sem estrutura para tanto. Ali aqueles adolescentes estão mergulhados no ócio. Trabalhar e estudar é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

que reivindicam os que estão em restrição de liberdade, sejam adolescentes, sejam adultos e jovens na sua grande maioria.

Então, portanto, as medidas socioeducativas hoje estão na contramão daquilo que está previsto no sistema nacional de medidas socioeducativas, em que há priorização das medidas em meio aberto, em detrimento das medidas em meio fechado, como a internação.

No Brasil inteiro, diminuiu o número de adolescentes em medida de internação; no Distrito Federal, esse número cresceu, Deputado Raimundo Ribeiro, porque a liberdade assistida não funciona, porque as outras medidas mais brandas, portanto, mais eficazes, não funcionam.

Por fim, digo a V.Exa. que é um compromisso firmado pelo Governador do Distrito Federal e pelo Secretário Raimundo Ribeiro, à época ocupando a pasta, a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Comunidade LGBTTI, para que tenhamos os direitos assegurados. A estruturação desse conselho foi um compromisso do Governador e, à época, do Secretário. Mas o conselho que queremos, Deputado, é um conselho que funcione. E digo isso porque tive a sensação de estar sendo agredida, na minha cidadania e na defesa dos direitos, ao perceber que para o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher foi nomeada — parece-me que ela não ocupa mais esse cargo — uma pessoa que tinha no seu currículo a atribuição de chefe da Associação dos Oficineiros do Distrito Federal. O chefe da Associação ou presidente da Associação dos Oficineiros tinha um cargo comissionado no Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher. Direitos humanos, direito das mulheres, direito das pessoas, justiça, cidadania, com esses elementos não se brinca, senão vamos estar abaixo do marco civilizatório.

Portanto, depositamos esperança na sua gestão e, ao mesmo tempo, queremos lhe desejar, sem nenhuma dúvida, boa sorte, porque, se a secretaria trabalhar bem, bem estará a sociedade.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Obrigado, Deputada Erika Kokay, pelas suas palavras e até pela sua orientação.

Quero deixar bem claro aqui que para mim é fundamental esse diálogo e que o Parlamento se caracteriza por isso, em especial em relação a V.Exa. pela experiência e história construída na sua vida pública. Aquele espaço estará aberto para que possamos trabalhar juntos. Pode ter toda a certeza disso.

Peço, pela intimidade que temos como companheiros de trabalho e pela nossa história de luta nesta cidade, que tenhamos essa parceria estabelecida, efetivamente, numa linha de confiança, porque a nossa intenção de fazer aquilo que é necessário — e pode estar convicta disso — é a melhor possível. Como eu disse agora a pouco ao Deputado Raimundo Ribeiro, trata-se de uma secretaria que está relativamente se reestruturando, mas que estará imbuída do espírito de fazer o melhor. Pode ter certeza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

Estamos abertos e precisamos de ajuda.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, pedi para fazer uma breve intervenção, primeiramente para agradecer a generosidade de suas palavras. Sei que algumas, inclusive, são imerecidas, mas quero lhe agradecer.

Fui e tive o privilégio de ser o primeiro Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, aqui no Distrito Federal. Tivemos a tarefa de ajudar a implantar, a criar uma secretaria com essa magnitude.

Eu tinha recebido do Governador José Roberto Arruda a incumbência, na verdade, de fazer uma secretaria que fosse a voz e o coração do cidadão do Distrito Federal. Lá passamos um ano e meio, conseguimos alguns acertos e cometemos alguns equívocos. Mas eu tenho certeza de que V.Exa. saberá, muito bem, conduzir aquela secretaria.

Faço questão aqui de registrar que uma das ações que mais repercutiu positivamente no Governo foi a que nós implementamos inspirados numa experiência de V.Exa. quando foi Administrador do Guará: o projeto de ressocialização dos sentenciados do Distrito Federal. Já, naquela época, se não me engano em 1995 ou 1996, V.Exa. buscava a ressocialização, a reinclusão dos sentenciados por intermédio do trabalho, e isso nós procuramos fazer quando o sistema penitenciário estava sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça.

Sei também que V.Exa., melhor do que ninguém, sabe que lá teremos uma gama enorme de desafios. Teremos lá a promoção de igualdade racial; o Conselho da Mulher; a criança e o adolescente; enfim, o verdadeiro cidadão.

Quero, além de parabenizar o Governador José Roberto Arruda pela felicidade de ter conseguido convencer V.Exa., pedir que Deus o proteja e realmente o permita fazer aquilo que é uma marca constante na sua vida pública e profissional, que é ter êxito nessa nova tarefa que eu, mais do que ninguém, sei que é uma tarefa enorme. Tenho convicção absoluta de que V.Exa. saberá se sair muito bem lá.

Muito obrigado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu queria aproveitar, antes de encerrar, Deputado Leonardo Prudente, para convidar a todos para a nossa posse amanhã, quinta-feira, às 11 horas, no Buritinga. Eu gostaria de contar com a presença dos colegas, de toda a imprensa e da população em geral.

Encerro dizendo que, realmente, é um grande desafio que temos pela frente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

Na noite de segunda para terça-feira, tive um episódio na minha casa que me deixou ainda mais motivado. Por incrível que pareça, foi uma coisa muito simples, Sr. Deputado, V.Exa. que também tem criança em casa: minha filha mais nova, que tem 9 anos, acordou por volta de 3 horas da manhã e me disse que estava com medo e não conseguia ficar no quarto, porque o quarto é escuro e ela estava vendo algumas coisas. Eu fui até lá, conversei com ela, depois voltei para a minha cama e fiquei lembrando que, quando criança, eu também acordava à noite e ficava com medo. E, quando eu ficava acordado, com medo, e olhava para as sombras, eu via imagens também. E, quando criança, eu acreditava que aquelas imagens existiam, e cada vez me aumentava mais ainda o medo.

O desafio que temos pela frente efetivamente são desafios que não me metem medo. Eu falei para minha filha: "Filha, acredite: Deus está aqui, Deus está presente, Deus está do nosso lado, e essas imagens não existem. Nós temos que ter coragem de encarar os desafios. Olhe, encare e vença."

Pois bem, vamos encarar esses desafios que temos pela frente, e tenho certeza de que deixaremos uma marca positiva para a cidade. Tenho certeza de que, com a colaboração de todos vocês do universo político do Distrito Federal e da população, vamos deixar uma marca. Se essa marca for, pelo menos, a recuperação da confiança do cidadão nas instituições públicas, já vou estar bastante satisfeito, em especial das vítimas, que não têm mais procurado o sistema, não têm mais procurado o Estado.

Volto a insistir: de 100 incidências de violência no Distrito Federal, só em 30 procura-se o Estado. Isso é um descrédito do cidadão com a estrutura do Estado, isso é um descrédito do cidadão com a máquina estatal. Nós vamos tentar trazer de volta essas pessoas para utilizar seu direito como cidadão.

Muito obrigado, conto com a colaboração de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em nome da Presidência, quero cumprimentar o Governador pela escolha do Deputado Alírio Neto; saudar S.Exa. pela nobre missão que tem à frente da Secretaria de Justiça e Cidadania; desejar, Sr. Deputado, muito êxito, muito sucesso; e dizer que esta Casa e esta Presidência estarão ao lado de V.Exa. em todos os momentos em que V.Exa. precisar, para que os projetos importantes, elencados por V.Exa. junto ao Governador, sejam efetivamente implementados.

Esta Casa estará pronta e disposta a lhe dar todo o respaldo para que V.Exa. tenha uma gestão de excelência. Portanto, receba os cumprimentos desta Presidência para que V.Exa. seja muito bem sucedido à frente dessa importante Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, senhores e senhoras da imprensa, senhores e senhoras assessores, assessoras, ontem, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores fomos surpreendidos por uma medida judicial promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal, instituição de que me orgulho pertencer, que nos deixou a todos atônitos. A medida, Sr. Presidente, consiste em uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade impetrada contra o art. 32 da Lei nº 4.075, de dezembro de 2007, que esta Casa aprovou à unanimidade, praticamente, com o apoio de Deputados da base do Governo, o aval firme do Deputado Leonardo Prudente, que é o Presidente; do Deputado Alírio Neto, então Presidente; da hoje Líder do Governo, Deputada Eurides Brito. Consistia, meu Presidente, no Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal.

O art. 32, aliás, obra de uma construção coletiva – Governo, Parlamento, sindicato e Secretaria de Educação –, de iniciativa do Poder Executivo, dizia, à ocasião, que os reajustes dos anos de 2009 e 2010, em índices, deveriam corresponder a índices que, no mínimo, refletissem o reajuste do Fundo Constitucional. Votaram, Deputado Rogério Ulysses, também egresso da categoria do magistério público, todos os colegas.

Pois bem, há um debate, todos sabem, desde o ano passado, sobre a impossibilidade, diz o Governo, de cumprimento de um artigo que ele, Governo, negociou efetivamente com todos nós e com professores e professoras, com trabalhadores e trabalhadoras da Educação, sob o argumento da crise. Não é a forma com a qual o Presidente Lula tem enfrentado, procurando aquecer mais a economia. Não é a forma com a qual o recém-empossado Presidente Obama, nos Estados Unidos, tem preconizado a respeito do enfrentamento da crise.

Pois bem, Sr. Presidente, mas o que é pior é que nós fizemos esse debate sobre a constitucionalidade. O Governo o admitia não apenas porque propôs, mas também porque sancionou com o aval da Procuradoria do DF. Não parece a todos estranho?

Pois bem. Eis que somos surpreendidos com essa Ação Declaratória de Inconstitucionalidade. Parece-me que protocolada ainda ontem, porque ontem pudevê-la no *site* do Ministério Público.

Sr. Presidente, sem embargo do debate político, do ponto de vista jurídico, o Ministério Público, que respeito profundamente, não está com o melhor direito. Primeiro diz que há vedação à vinculação ou à equiparação de espécies remuneratórias. Essa alegação não procede, Sr. Presidente. A vedação que existe, tanto no plano federal, na Carta Maior, quanto no plano distrital, na nossa Lei Orgânica, tem a justificativa exatamente de proteger o servidor, uma vez que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

vinculação de carreiras diversas implicaria uma maior dificuldade na concessão de aumentos ou de reposições. Ora, é o mesmo raciocínio que se aplica à vedação da vinculação do salário mínimo a qualquer fim. À primeira vista poderia parecer arbitrária tal proibição, mas logo se verifica que o objetivo maior era mesmo, ali, proteger o trabalhador; não era por outra razão que havia essa vedação. Aqui, Sr. Presidente, no art. 32 – e quero dizer a V.Exa. que isso foi objeto de debate nesta Casa, político e jurídico – não há qualquer servidor público que possa vir a ser prejudicado, uma vez que o aumento se dá na proporção do aumento da receita corrente líquida da União, de acordo com o art. 2º da Lei nº 10.633, de 2002, que instituiu o chamado Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Ora, é importante ressaltar que a previsão é temporária, alcança os anos de 2009 e 2010; dessa previsão se extrai o caráter excepcional. Exatamente por isso, referência e não mera vinculação, de maneira até simples, perdoe-me, com o respeito que tenho ao Ministério Público, quis ali o subscritor da peça fazer crer à autoridade judiciária.

Além disso, alega aquela peça que há vício de iniciativa. Ora, eu iniciei a exposição deixando claro que, embora todo aquele plano fosse uma construção coletiva, de trabalhadores, da Secretaria de Educação, do Governo, de Parlamentares dos mais variados partidos, a iniciativa foi do Poder Executivo, como deveria ser. Então, não há que alegar esse item. Mas, para além disso, Deputado Paulo Tadeu, para além, permita-me, o equívoco jurídico vai ser bem julgado pelo Poder Judiciário do Distrito Federal, eu creio, e vai ser essa lei bem defendida pela própria Procuradoria do Distrito Federal, porque deu o parecer pela sanção, não me parece que poderia ser tão contraditória a essa altura. A lei é obra, na realidade, de uma construção política, o voto é aberto.

Todos nós sentamos com o Governo, debatemos com ele, tivemos aqui e ali a compreensão até de setores da categoria. Nós todos – e aqui cito não apenas a bancada do Partido dos Trabalhadores, mas todos os partidos, os colegas que estiveram envolvidos, como o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Alírio Neto, o Deputado Rogério Ulysses, a Deputada Eurides Brito – efetivamente participamos dessa construção. Lamentavelmente o Governo, em última instância, sob o argumento da crise, não age como o Presidente Lula, que, contrariamente, cumpre todos os compromissos com os trabalhadores para que eles comprem, para que não aja desemprego e a economia continue aquecida.

Pois bem, é a demonstração de que o Governo lamentavelmente quebra um compromisso feito por esta Casa com os trabalhadores e trabalhadoras. Nós da bancada do partido, sem dúvida, agiremos com a mesma responsabilidade com que analizamos aquele entendimento, com a mesma responsabilidade com que laboramos sobre o impacto, sobre as consequências e, inclusive, sobre as resignações, porque houve resignações. Com essa mesma responsabilidade, também faremos uma grande mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, com aquela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

mesma responsabilidade vamos ver agora em última instância se é apenas discurso o que o Governo veicula sobre valorização da Educação, ou se é falácia.

Fundamentalmente o jurídico pode embasar e refletir o político, mas nunca é possível utilizar um instrumento jurídico para desqualificar, diminuir, uma categoria já tão sacrificada nos últimos Governos. Em todos os últimos Governos, é preciso que se diga!

Eu não entendo como é possível, a par da contradição grave de um Governo que diz algo e não cumpre, nós falarmos em valorização dos seres humanos se não os valorizamos, ou se não se valoriza exatamente aqueles que cuidam de quem nós mais amamos: nossos filhos.

Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos a postos, e com aquela mesma responsabilidade da construção e da resignação com que sentamos à Mesa, agora nos mobilizaremos para fazer cumprir a lei, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO TADEU – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço com muita honra o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Na realidade, Deputado Chico Leite, eu quero parabenizar V.Exa. pela análise dessa situação. Realmente, eu e todos os demais fomos pegos de surpresa com essa atitude do Ministério Público. Não podemos deixar, independentemente do respeito que temos pelo Ministério Público, de fazer a devida crítica a essa importante instituição.

Nós do Poder Legislativo, quando erramos, somos bastante criticados, muitas vezes com críticas corretas, outras não. Mas é democrático ser criticado e ouvir as críticas. E acho que, de fato, essa atitude do Ministério Público foi infeliz, tanto do ponto de vista jurídico, como V.Exa. acaba de citar, como também do ponto de vista político. Essa atitude do Ministério Público coloca por terra, ou procura colocar, uma mobilização justa que essa categoria vinha e vem fazendo em defesa de seus salários. Todos nós sabemos que o Governador do Distrito Federal, Sr. José Roberto Arruda, prometeu publicamente que iria equiparar o salário dos professores do Distrito Federal com as demais categorias de nível superior da nossa unidade, do Distrito Federal. E isso até hoje não aconteceu. O plano de carreira, que tinha como objetivo fazer essa equiparação, não a fez. Então, sobrou essa esperança, por parte da categoria, de ver reajustados seus salários diante daquilo estabelecido no próprio plano de carreira.

De qualquer maneira, independentemente da ação do Ministério Público, é bom que se diga também que há um compromisso político do Governo do Distrito Federal, e espero eu do Governador, de garantir o reajuste. Independentemente da posição do Ministério Público, é importante trazer para esta Casa e para o Governador a responsabilidade de sua ação como Chefe do Poder Executivo. S. Exa. tem de enviar para esta Casa o reajuste dos professores naquele percentual de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

aproximadamente 19%. Isso o Governador pode fazer independentemente da ADIN ou da ação do Ministério Público, e esperamos que o faça, até para cumprir o que prometeu e escreveu, garantindo o respeito que merece como Chefe do Poder Executivo. Essa proposta que está no plano de carreira veio do Poder Executivo!

Portanto, quero parabenizar V.Exa., somar-me à indignação que traz neste momento ao Plenário e prestar minha solidariedade a todos os educadores do Distrito Federal, que infelizmente, nos últimos anos nesta cidade, estão sendo extremamente maltratados pelo Poder Executivo. Espero, sinceramente, que o Ministério Público não se some àqueles que não querem ver uma educação de qualidade, inclusive valorizando seus profissionais.

Então, parabéns a V.Exa. Somo-me também neste momento ao seu discurso, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não, Deputado Paulo Tadeu.

Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de expressar que, se esta é a opinião do Ministério Público, eu a respeito, do ponto de vista institucional e do debate jurídico. Agora, precisamos saber o que o moveu a tomar essa atitude, porque é difícil acreditar que o mesmo Governo que assumiu esse compromisso tenha feito a representação pela Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ao Ministério Público. Se fez, já iniciou na contradição.

Depois, é difícil compreender que esse mesmo Governo que firmou o compromisso e tomou a iniciativa não garanta o cumprimento de sua palavra agora, independentemente de qualquer debate jurídico.

Nesse momento é que o Governo vai responder se valoriza mesmo a Educação ou se eram apenas falácia os seus discursos, os seus chamamentos para o debate, as suas demonstrações de intenção de conversar com a categoria e de resgatar todas essas injustiças feitas com professores, com trabalhadores.

Sr. Presidente, fica aqui o registro: o protesto da bancada do Partido dos Trabalhadores, compromisso efetivo nosso de uma luta até o fim, até que se cumpra a lei, e o esclarecimento que pediremos ao Ministério Público, para saber se a ADIn foi movida por representação do GDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Declaro encerrados os comunicados de Líderes.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do expediente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 31, de 20/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 5^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Passo a Presidência ao Deputado Wilson Lima, para que haja o prosseguimento dos comunicados de Parlamentares, e registro a minha saída do plenário para estar presente ao velório do ex-Desembargador Arantes – pai do Procurador-Geral Dr. Túlio Arantes.

Antes, porém, solicito a todos os presentes um minuto de silêncio em memória do Sr. Arantes.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Na semana passada, vim a esta tribuna colocar um constrangimento muito grande que presenciei, das famílias de baixa renda ou mesmo das pessoas que nem são de baixa renda, mas que têm um salário um tanto limitado, para sepultar os seus entes queridos.

Fui convidado a ir a Planaltina de Goiás para assistir a um enterro de uma família de Sobradinho e, por acaso, encontrei três famílias enterrando seus parentes na cidade conhecida como Brasilinha.

Eu gostaria, neste momento, Deputado Geraldo Naves, de ter a compreensão e o apoio dos nobres Pares, para que possamos colocar em andamento o projeto de lei que dispõe sobre a criação de cemitérios públicos populares no âmbito do Distrito Federal.

Na ocasião, a Deputada Erika Kokay demonstrou interesse em participar desse projeto, e essa minha vinda é exatamente para reforçar isso, já que estive presente, uma vez mais, no final de semana, no cemitério de Planaltina de Goiás.

É um absurdo vermos pessoas de Sobradinho, de Sobradinho II, da Fercal, de Taguatinga indo a Planaltina de Goiás, porque, lá, o custo do sepultamento é de quatrocentos e poucos reais, enquanto, no Distrito Federal é de, no mínimo, dois mil e oitocentos reais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, Deputado Rogério Ulysses, essa é a justificação para esse meu projeto. É preocupante e entristecedor ver pessoas de baixo poder aquisitivo realizando o sepultamento de seus entes queridos em cidades do Entorno por não terem condições financeiras para custear o funeral no âmbito do Distrito Federal.

O falecimento de um amigo ou familiar é um momento de profunda tristeza e desconforto. Abala as estruturas psicológicas das famílias e amigos e requer uma série de providências dolorosas e burocráticas perante a sociedade. É, com toda certeza, o momento em que o cidadão mais necessita do apoio do Estado e de seus governantes. É dever do Poder Público garantir a dignidade e combater todo e qualquer tipo de humilhação e constrangimento que venha a atormentar os cidadãos de bem, promovendo soluções que visem, de maneira eficaz, ao bem estar social. Ressaltamos, ainda, que tal proposição está amparada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 201.

Eu gostaria de ter o apoio dos nobres Pares nesse PL, para que realmente possamos mudar esse clima, que é realmente caótico em todo o Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay (Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, neste momento, o que tratamos é da argumentação necessária ao que está anunciando o Governo ou uma fundamentação real e não falaciosa. O Deputado Chico Leite já assegurou que não há problemas de constitucionalidade no artigo que prevê o reajuste dos salários dos professores. Até porque, à época, o Governador Arruda disse a cada um de nós e à representação daquela categoria que, na impossibilidade de fazer uma efetiva isonomia, faria isso parceladamente, de forma diferida, e estabeleceu o mesmo percentual de reajuste do Fundo para o salário dos professores por apenas 2 anos. Não se trata da indexação vedada pela Constituição. Sendo assim, não há argumento jurídico, até porque, antes mesmo da posição do Ministério Público, o Governador do Distrito Federal já tinha anunciado que não iria cumprir a lei, que iria, portanto, continuar célere no caminho do conflito ou do arrependimento da própria lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

Também temos que desconsiderar e descartar o argumento financeiro estabelecido pelo Governo para impedir o reajuste não apenas de professores, mas de 124.184 servidores, técnicos da administração pública, inspetores de atividades urbanas, auditores, enfim, de inúmeros servidores que tiveram aqui, nesta Casa, aprovada a perspectiva de terem um reajuste em média de 5,5%, o que perfaz por volta, ou um pouco mais, de 200 milhões. O argumento financeiro é absolutamente equivocado, falacioso e tem os “pés de barro”, porque o Governo argumenta que a arrecadação de janeiro foi inferior ao que estava previsto orçamentariamente. As receitas tributárias foram inferiores. Ora, não se calcula a defasagem entre o previsto e a receita verdadeiramente arrecadada fazendo-se o recorte de apenas um mês, pois há meses em que se recebem os tributos e compensa-se a arrecadação pífia de outros meses.

Além disso, desde 2004, até o ano passado, historicamente, a arrecadação prevista tem sido inferior à efetivamente executada ou recebida. Então, esse não é um quadro novo. É contraditório o Governo, porque ele fala que não vai possibilitar reajustes ou contratações. Não interessa se não existem médicos em quantidade suficiente. Não interessa se uma pessoa que precisa de uma consulta psiquiátrica tem que esperar 3 anos. Não interessa se o Hospital da Ceilândia tem uma demanda reprimida de 3 mil, 3 mil consultas. Não interessa se o Hospital São Vicente não tem como agendar consultas para todo este ano. Não interessa como está a população. Interessa, apenas, preservar o que se diz: “as obras”, porque, ao mesmo tempo, o Governo diz que os recursos previstos para a construção de obras serão mantidos e que há uma receita de 500 milhões com a venda das projeções no Noroeste. Esse é exatamente o valor do déficit que ele diz que terá durante o ano, tomando como base a perda ou a diferença de arrecadação com a previsão do mês de janeiro. Não diz o Governo que, através do Fundo Constitucional, terá um acréscimo de receita de 1.303 milhões. O Fundo Constitucional será reajustado e terá um incremento de 1.303 milhões, que entrarão nos cofres do Governo. Não fala também que do déficit de 32 milhões, que ele diz que obteve no mês de janeiro, pelo menos 10 milhões serão compensados com os tributos do ITBI arrecadados com as projeções. Assumiu 500 milhões, de imediato, com a venda do Noroeste, receberam-se em tributos 10 milhões, imediatamente. Portanto, o déficit já não é esse. Também não diz que, ao se incrementar um setor como o Noroeste, vai se estimular a cadeira produtiva da construção civil e haverá, sem nenhuma dúvida, uma maior arrecadação de ICMS.

O Governo deveria ser honesto e dizer, realmente, que a sua opção não é pela educação nem pelo serviço público, mas pelos empresários desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	21

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores da imprensa, vendo o momento que o Brasil está atravessando, às vezes ouço Deputado falar aqui e percebo que tudo o que dizem aqui atinge diretamente o Governador. Quer dizer, o Governador é o culpado de tudo. O Governador Arruda é culpado pela crise nacional, pela crise internacional; o Vice-Governador Paulo Octávio também é culpado por tudo, por todas as crises.

Agora misturam a questão da Educação com a questão do Noroeste. Aí vi a sabedoria de Deputados dizendo aqui que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Mas é assim mesmo. Misturam, vêm aqui e pronunciam-se.

A questão da Educação está sendo bem tratada, bem orientada pelo Secretário Valente, pelo Governador Arruda. Tenho certeza de que encontrarão o caminho correto, porque o Governo do Distrito Federal está se pautando pelo caminho correto. A pauta é essa. É o Governo do Democratas, é o nosso partido que está trabalhando dessa forma. Até porque não faria sentido algum ir contra professores, contra profissionais da Saúde; não faz o menor sentido.

O Governo Federal pode fazer o que quiser, mas nessa tribuna aqui ninguém fala. Agora estamos vendo que a candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, tem até máscara de carnaval, no Rio de Janeiro, com a sua nova plástica, e vai ser tema de marchinha de Carnaval. E sobre isso ninguém fala. A campanha à Presidência da República, de 2010, já está nas ruas. São máscaras: está lá, vai fazer, não sei o quê... O Lula faz um discurso lá no Norte, e nada acontece.

Eu não sei se passaram óleo de cobra no Presidente do País. Óleo de cobra, aquele negócio que se passa para não pegar nada, porque nele nada pega. Lembram-se do “mensalão”? Nada atingiu o Presidente, nada o atinge. É um negócio seriíssimo.

Agora, atirar aqui no Democratas, isso é todo dia. Todo dia tem um atirando! É fogo! É duro!

Deixem o Ministério Público agir como deve e provar a legalidade.

Às vezes a culpa pode ser da reforma ortográfica, também. Daqui uns dias estarão culpando-a, afinal, mudou tanta coisa. “Cinquenta”, por exemplo, não tem mais trem. Não há mais trem em “cinquenta” nem em “lingüiça”. Tiraram o trem.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2009	15h35min	5 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 31, de 20/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 5^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Seguindo a orientação do Presidente desta Casa, os Deputados passarão a discutir os acordos para a eleição das presidências e vice-presidências das comissões, que se realizará amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h50min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 37-Suplemento, de 5/3/2009 (atualizado conforme errata publicada no *DCL* nº 40-Suplemento, de 10/3/2009).